



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO – EDUCAÇÃO ESPECIAL: ALTAS  
HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO**

**ARTIGO MONOGRÁFICO**

**A INCLUSÃO EDUCACIONAL DE ALUNOS COM  
ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO E OS  
DESAFIOS NA IMPLANTAÇÃO DO PROJETO  
POLÍTICO-PEDAGÓGICO**

**Claucia Helena Silva da Silveira**

**PROESP/SEESP/CAPES/MEC/UFSM**

**Santa Maria, RS, Brasil - 2008**

**A INCLUSÃO EDUCACIONAL DE ALUNOS COM ALTAS  
HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO E OS DESAFIOS NA  
IMPLANTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-  
PEDAGÓGICO**

por

**Claucia Helena Silva da Silveira**

Artigo apresentado no Curso de Especialização em Educação Especial:  
Altas Habilidades/Superdotação do Centro de Educação da Universidade  
Federal de Santa Maria como requisito parcial para obtenção do grau de  
**Especialista em Educação Especial: Altas Habilidades/Superdotação.**

**PROESP/SEESP/CAPES/MEC/UFSM**

Orientadora: Nara Joyce Wellausen Vieira

Santa Maria, RS, Brasil

2008

**Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Educação  
Curso de Pós-Graduação – Educação Especial: Altas  
Habilidades/Superdotação**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova o Artigo Monográfico  
de Especialização

**A INCLUSÃO EDUCACIONAL DE ALUNOS COM ALTAS  
HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO E OS DESAFIOS NA  
IMPLANTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO**

elaborada por  
**Claucia Helena Silva da Silveira**

como requisito parcial para obtenção do grau de  
*Especialista em Educação Especial: Altas Habilidades/Superdotação.*

**Comissão Examinadora:**

---

**Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Nara Joyce Wellausen Vieira  
(Presidente / Orientadora)**

---

**Prof<sup>ª</sup>. Ms. Larice Maria Bonato Germani**

---

**Prof<sup>ª</sup>. Espec. Sheila Torma da Silveira**

Santa Maria, 25 de outubro de 2008.

## RESUMO

Artigo de Especialização  
Curso de Especialização em Educação Especial: Altas Habilidades/Superdotação  
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

### **A INCLUSÃO EDUCACIONAL DE ALUNOS COM ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO E OS DESAFIOS NA IMPLANTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO**

AUTORA: CLAUCIA HELENA SILVA DA SILVEIRA  
ORIENTADORA: NARA JOYCE WELLAUSEN VIEIRA  
SANTA MARIA, RS, Brasil

#### **RESUMO:**

O presente artigo tem como objetivo analisar o processo de implantação do projeto político-pedagógico nas escolas, e sugerir a elaboração de planejamentos que visem a inclusão do aluno com altas habilidades / superdotação nas escolas. A coleta dos dados foi feita através de pesquisa bibliográfica sobre o tema em pauta. Entendendo o projeto político-pedagógico como uma decorrência da gestão democrática, evidencia-se a importância no processo da participação do coletivo escolar, que, dessa forma, media a concretização do planejamento participativo. Os desafios nesse processo são analisados ao longo do texto e conclui-se, apresentando algumas sugestões importantes, para que sejam elaborados projetos político-pedagógicos que contemplem os alunos com altas habilidades/superdotação, numa perspectiva de educação inclusiva.

**Palavras chaves:** Educação Especial; Inclusão; Projeto Político-Pedagógico; Altas Habilidades/Superdotação.

**ABSTRACT**

Artigo de Especialização  
Curso de Especialização em Educação Especial: Altas Habilidades/Superdotação  
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

**THE INCLUSIVE EDUCATION OF STUDENTS WITH SPECIAL  
NEEDS/GIFTED STUDENTS AND THE  
CHALLENGES OF THE PEDAGOGICAL POLITICAL IMPLEMENTATION  
PROJECT.**

AUTORA: CLAUCIA HELENA SILVA DA SILVEIRA  
ORIENTADORA: NARA JOYCE WELLAUSEN VIEIRA  
SANTA MARIA, RS, Brasil

The purpose of this article is to analyze the implementation process of the pedagogical-political project in schools and suggest the formulation of plans for the inclusion of high abilities/giftedness student. The data was collected through the bibliographic research that was done on this topic. Since the pedagogical-political project is seen as a result of the democratic system, we have to consider the importance in the process of the school collective participation that mediates the participative planning process. Throughout the text we analyze the challenges in this process as well as we give important suggestions in order that projects are made to include high abilities/giftedness students in a perspective of inclusive education.

**Key words:** Special Education; Inclusion; Pedagogical-political Project; High Abilities/Giftedness Students.

## **A INCLUSÃO EDUCACIONAL DE ALUNOS COM ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO E OS DESAFIOS NA IMPLANTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO**

### **INTRODUÇÃO**

Devido às mudanças de paradigmas ocorridas, a função social da escola mudou significativamente, levando-nos refletir quanto a sua forma de organização de trabalho. Nestas mudanças, um dos maiores desafios a ser enfrentado pela comunidade educativa é a possibilidade de se construir cenários na perspectiva da educação de qualidade para todos.

Essa perspectiva nos direciona a pensar em espaços inclusivos, isto é, uma escola que atenda sem discriminações todos os alunos, proporcionando a estes, ambientes para que sejam bem-sucedidos em suas aprendizagens.

Nesse sentido, falar em espaços inclusivos remete-nos à educação especial para alunos com deficiências físicas e mentais, ou seja, aqueles em que visualizamos as suas necessidades e características diferenciadas. Pensando dessa maneira, os alunos com altas habilidades/superdotação são percebidos como alunos capazes de conduzirem sozinhos sua trajetória escolar. Essa falsa percepção da sociedade e em especial dos professores, pode desencadear sérias conseqüências para a vida pessoal e profissional desse aluno. Concordamos com Winner (1998, p.17) quando afirma que os alunos com altas habilidades / superdotação, “[...] têm necessidades especiais, não menores do que as crianças com retardo ou distúrbio de aprendizagem”.

A idéia errônea a respeito dessas pessoas contribui para a criação de barreiras que dificultam a identificação e o atendimento adequado às suas necessidades, além de limitar as possibilidades de uma educação satisfatória para o superdotado.

Nesse contexto, observam-se movimentos em direção a escola inclusiva, em que as reformas na educação especial vêm ocorrendo. Para a efetivação destas, o professor não pode atuar só, necessita contar com o comprometimento de todos os segmentos da escola, incluindo a família e os membros da comunidade. Ao pensar nessa

atividade coletiva, logo vem à mente o projeto da escola que, pelo envolvimento tanto do corpo docente quanto o discente, contribui na construção de sua identidade.

É minha intenção, nesse artigo, **abordar algumas reflexões quanto ao** processo da implantação do projeto político – pedagógico nas escolas, considerando os planejamentos elaborados que objetivam o atendimento educacional aos alunos com altas habilidades/superdotação. Porém, antes de fazer essa análise, apresento os suportes teóricos que a alicerçam: primeiramente falando sobre os alunos que são alvos desse estudo. Posteriormente, abordo o processo de construção de uma escola inclusiva e de como a inclusão acontece para os alunos com altas habilidades/superdotação. Num terceiro momento, discuto o modelo de planejamento participativo, denominado no meio educacional de projeto político-pedagógico. Por último, analiso os desafios para a elaboração de um projeto político-pedagógico que estimule e focalize o atendimento educacional dos alunos com altas habilidades/superdotação, apontando nas conclusões algumas recomendações para a elaboração do projeto político-pedagógico, considerando a inclusão dos alunos com altas habilidades/superdotação.

## CONHECENDO O ALUNO COM ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO

As mudanças rápidas que vêm ocorrendo no mundo exigem que a escola reavalie suas finalidades educacionais e repense alguns conceitos, tais como: educação, trabalho e inteligência.

Como já foi falado, as concepções errôneas quanto ao aluno com altas habilidades/superdotação e o desconhecimento das necessidades deste sujeito, resultam em falsas idéias ou mitos que se constituem em barreiras para o êxito de seu potencial. A fim de melhores esclarecimentos, quando nos referimos a altas habilidades/superdotação, nos apropriamos de dois referenciais teóricos que embasam essas reflexões, que são: a Teoria das Inteligências Múltiplas, de Gardner (2000); e a Teoria dos Três Anéis de Superdotação, de Renzulli (1986, apud Freitas, 2006). Na teoria das inteligências múltiplas, Gardner (2000, p.47) define inteligência como “[...] um potencial biopsicológico para processar informações que pode ser ativado num cenário cultural para solucionar problemas ou criar produtos que sejam valorizados numa cultura”.

Gardner propôs a existência de oito inteligências: lingüística, lógico-matemática, espacial, inter-pessoal, intra-pessoal, musical, corporal-cinestésica e posteriormente acrescentou a esta lista, a inteligência naturalista. Segundo Gardner (2000, p.81), “É de máxima importância reconhecer e estimular todas as variadas inteligências humanas”. Para este autor, o ser humano é diferente e em grande parte possui diferentes combinações de inteligências.

A Teoria dos Três Anéis, proposta por Renzulli (1986, apud Freitas, 2006 p. 15) define que “[...] o comportamento superdotado consiste no grupamento de três traços humanos: habilidade acima da média, envolvimento com a tarefa e criatividade”. Para se afirmar que alguém é superdotado é preciso haver uma interseção desses anéis. É a interação entre os três ingredientes que possibilita as realizações criativas/produativas.



Ambos os autores, Gardner e Renzuli, consideram que a inteligência não é um construto isolado, assinalando a importância da cultura e do ambiente para o progresso do superdotado.

Dessa forma, crianças que possuem ou são capazes de desenvolver esses conjuntos de traços, e que aplicam a qualquer área valiosa do desempenho humano, são consideradas pessoas com altas habilidades/superdotação. A manifestação dessas características é fortemente influenciada pela vivência, pelo ambiente (família, escola, amigos e colegas) em que esse aluno se insere, bem como os fatores de personalidade próprios de cada pessoa. Por isso, não se pode ter uma definição estática da superdotação e, sim, dinâmica. Por traços, entendem-se as formas consistentes, ou seja, aquelas que permanecem com frequência, intensidade e duração no comportamento da pessoa, em épocas diferentes e situações semelhantes.

A superdotação é um sistema de influências entre o ambiente que a criança se insere e seu mundo interno, por isso a necessidade desta ter o estímulo do meio para que seu potencial se desenvolva. Para um melhor entendimento quanto a manifestação desses traços no comportamento da pessoa com altas habilidades/superdotação, é importante ressaltar as características que compõem os três anéis.

*A habilidade acima da média:* a pessoa apresenta um potencial de desempenho superior em qualquer área do saber ou do esforço. A habilidade acima da média pode ser tanto geral como específica. A específica refere-se à capacidade de desempenhar atividade especializada numa faixa restrita de conhecimento. Como por exemplo, o balé, a escultura, a química, dentre outros. A habilidade geral é a capacidade de processar informações que resultam em respostas adequadas a situações novas, integrar experiências e se engajar em pensamento abstrato. Para Winner (1998, p.13) “[...] a combinação afortunada de interesse obsessivo em um domínio com uma habilidade para aprender facilmente neste domínio conduz ao alto desempenho”. A habilidade acima da média evidencia que são crianças que aprendem mais rápido do que as outras. E por terem facilidade de aprendizagem, também aprendem de uma forma qualitativamente diferente.

A *criatividade* está presente em qualquer campo. É a capacidade de resolver problemas de forma original, buscando alternativas e usando estratégias diferenciadas com flexibilidade. Segundo Landau (1986, p.11) “[...] a criatividade é um fenômeno de muitas facetas”. É um processo que conduz a novos conhecimentos e a novas experiências, baseia-se num conhecimento interior, na coragem de procurar o desconhecido. Criatividade não brota do vazio, pode ser desenvolvida e cultivada com a influência do meio ambiente, existe em graus diferenciados em cada ser humano. Guenther (2006, p.24) afirma que a “[...] criatividade, como capacidade criadora, pensamento criativo são atributos intensamente valorizados e desejáveis em nossa cultura”. Está associada às relações inter-pessoais e todo tipo de atividade e pensamento humano. Vê-se a importância de proporcionar ambientes e práticas desafiadoras para o superdotado como uma maneira de estarmos auxiliando para que este construa um alicerce para seu futuro e da sociedade. Nesse sentido, Alencar (2001, p.45) refere-se que “[...] a criatividade é um recurso muito valioso que o homem dispõe e que necessita ser mais cultivado, especialmente neste momento da história”. Importante também é o reconhecimento da competência e do potencial humano, pois as sementes da criatividade estão presentes em cada um.

Um outro traço presente no comportamento superdotado é o *envolvimento com a tarefa* representando a motivação intrínseca, ou seja, a energia que a pessoa se envolve um determinado assunto. A pessoa é autoconfiante, acredita no seu potencial de executar um trabalho, sendo perseverante e dispendo grande esforço para concretizar os seus propósitos.

O mesmo autor da Teoria dos Três Anéis refere-se a dois perfis de superdotação que são: o acadêmico e o produtivo-criativo. Na superdotação acadêmica as características nas habilidades cognitivas são mais valorizadas nas situações de aprendizagem tradicional. É o tipo mais facilmente identificado por testes de QI, mostra uma tendência a enfatizar a aprendizagem dedutiva, a aquisição, armazenamento e recuperação das informações. No produtivo-criativo, as habilidades são mais restritas a um campo específico, parece mais questionador, não gosta de rotina, muitas vezes seu desempenho é considerado baixo ou com falta de motivação. Ambos os tipos são importantes, havendo uma interação destes. Assim, deve-se observar e estar capacitado a atender os alunos nas diversas situações que se apresentam no dia-a-dia.

Portanto, o comportamento de superdotação pode ser evidenciado sob determinada circunstância, em determinado momento, desfazendo a imagem desse sujeito comprometido a apresentar um desempenho superior em todas as áreas do desenvolvimento humano. Isso deixa claro que o fenômeno da superdotação não pode ser explicado somente por testes padronizados. Há outros fatores que devem ser combinados numa investigação. Esses fatores representam os aspectos que afetam a manifestação dessas características, a partir do apoio da família, colegas, escola e sociedade. Os contextos onde se priorizam a educação, combinados com apoio, harmonia e estímulos, promovem o encorajamento dos potenciais. Essas interações, se ocorrerem de forma equilibrada, propiciam ao aluno encontrar a sua própria identidade, a descobrir seus interesses e assim emergir a sua potencialidade.

Para Guenther (2006, p.17) “[...] o envolvimento que a família tem com a criança desde o nascer, e com o encaminhar da formação de sua personalidade no início da vida, é maior, o que torna acertos e erros também mais significativos”. Assim, consideramos imprescindível conhecer o aluno com altas habilidades / superdotação, a fim de orientá-lo e direcionar de forma satisfatória o seu potencial. Tais ações são de responsabilidade geral e social com envolvimento de pais, professores e comunidade.

## **DISCUTINDO A ESCOLA INCLUSIVA PARA O ALUNO COM ALTAS HABILIDADES / SUPERDOTAÇÃO**

Com o avanço dos estudos no campo da educação, há uma reestruturação do ensino regular e especial. Nos grandes debates acerca da sociedade e a defesa dos direitos humanos, está inserido o papel da escola no propósito de tornar-se um espaço inclusivo, visto como espaço de todos e para todos. Para que seja efetivada a inclusão, são necessárias mudanças nos sistemas comuns da sociedade, a resignificação de conceitos, das práticas pedagógicas e de gestão.

Na Declaração de Salamanca (BRASIL, 1994), as definições de necessidades educacionais especiais passaram a ser disseminadas, estabelecendo como princípio que as escolas comuns devem educar todos os alunos com diferenças lingüísticas, étnicas ou culturais, deficientes, superdotadas e todos que vivem em situação de exclusão. Dessa forma, a escola como espaço inclusivo deve ter por desafio o sucesso de todos os alunos, sem exceção, considerando a diversidade humana.

Nesse cenário, urge que se tenha o entendimento da palavra inclusão, buscando o conhecimento de seu verdadeiro sentido, pois é a partir deste que vamos desenvolver uma prática responsiva às peculiaridades de todos os alunos. Freitas (2008) entende que, a educação inclusiva é uma reforma educacional em que alunos com diferentes capacidades, condições e valores aprendem juntos para, valorizando as suas diferenças, aprenderem melhor.

Isso significa oferecer ao aluno as possibilidades concretas de aquisição de conhecimento, a partir de seus interesses e de suas condições individuais cognitivas. É uma prática que exige rupturas culturais arraigadas ao longo da história, que passam pelos procedimentos burocráticos na escola até a necessidade de cada educador ter uma nova visão ou um outro “olhar”, incluindo também nesse processo o aluno com altas habilidades/superdotação. Esses alunos estão presentes em classes escolares, mas, muitas vezes a prática de nossa realidade educacional não propicia as condições ambientais adequadas para aflorar a criatividade e o talento destes. São alunos que estão em classes regulares submetidos às regras legais e oficiais que ignoram a diferenças de ritmo de desenvolvimento. Os alunos com altas habilidades/superdotação estão bem

acima da média em uma área de capacidade, e não acompanham o caminhar mediano do seu grupo de pares. Isso significa que eles precisam de algo a mais, e é nisso que reside muitas vezes a dificuldade de percebê-los como necessitados de educação especial. Por seu ritmo rápido, são vistos como aqueles que não necessitam de auxílio ou encaminhamento na sua aprendizagem.

Tal representação se deve também ao modo como entendemos o que é e o que não é Educação Especial, ou qual a justificativa para uma forma especial de entender e produzir uma educação para determinados sujeitos. Em geral, a idéia de necessidade de uma educação diferenciada está relacionada às limitações da pessoa, afirmando, assim, a singularidade educativa do sujeito a partir da deficiência. Isso contribui para a caracterização de que somente o sujeito incompleto, limitado e com baixas expectativas pedagógicas necessita de cuidados especiais. Tal visão fortalece o mito de que o aluno com altas habilidades/superdotação, como pode ter um excelente desempenho em tudo o que faz, não necessita de nada, ficando assim relegado a um segundo plano. E quando o potencial do aluno não está sendo valorizado, podemos considerar uma lacuna quanto à qualidade da inclusão.

Desta forma, o fazer pedagógico requer do educador uma nova postura, mudança de atitudes e reflexões em torno de sua prática. Isso quer dizer que, toda a mudança exige comprometimento, dedicação e renúncia ao comodismo, e principalmente a rotina de trabalho que impede o desenvolvimento de uma prática transformadora. Nesse sentido, concordamos com Freire (1987, p.60) quando afirma que “[...] a visão ‘bancária’ anula o poder criador dos educandos ou o minimiza, estimulando sua ingenuidade e não sua criticidade.” O mesmo autor pontua a importância da reflexão-ação na prática do educador, pois esta é indispensável para o profissional que quer formar “recriadores” do mundo e não espectadores; é fundamental acreditar no poder criador do aluno, proporcionar ambientes para que este desvele a realidade sobre a qual ela deve incidir sua ação transformadora.

E para a inclusão do aluno com altas habilidades/superdotação é extremamente importante que o sistema educacional reconheça e atenda às diferenças individuais, respeitando as suas necessidades. É uma perspectiva de inclusão no qual o foco não recai apenas no aluno com necessidades especiais, mas sobre o contexto no qual ele

vive. Sob essa ótica, todos os alunos são beneficiados, pois a inclusão propõe a modificação e reformulação do processo pedagógico e relacional das escolas, as quais devem procurar adaptar-se à condição singular de cada educando. Tal perspectiva implica em um movimento mais profundo, nos quais são considerados os afetos, a visão de mundo e de homem, dos sujeitos que interagem nesse espaço.

Nesse processo, o olhar do professor tem uma influência muito grande para o desenvolvimento e progresso do aluno. É imprescindível que o professor consiga enxergar o aluno com alta habilidade / superdotação, sem negar-lhe o espaço adequado ao avanço de suas capacidades e potencialidades. Contudo, sabe-se que a inclusão escolar deste aluno está atrelada ao posicionamento do professor frente à inclusão e ao modo como concebem o fenômeno da superdotação.

Por este motivo, a abordagem inclusiva depende da construção de novos paradigmas de pensamento e ação, o envolvimento de toda a comunidade escolar pra assegurar o acesso e a permanência desses alunos na instituição. Importante nesse processo é a motivação do professor e de toda a comunidade escolar, a fim de oportunizar aprendizagens que desenvolvam e floresçam um potencial superior.

No momento em que concretizamos uma escola inclusiva para os alunos com altas habilidades/superdotação, estamos também auxiliando-os na formação de um auto-conceito positivo. Proporcionamos a abertura de espaços para situações de sucesso para elas, demonstrando o estímulo, o respeito e consideração à pessoa do aluno.

Este é o papel da escola, encontrar as vias para aumentar o crescimento do ser humano em todos as suas dimensões. Para Guenther (2006, p.65) “[...] a dimensão mais forte, consistente e permanente da personalidade humana é, sem dúvida, o auto-conceito”. Essa autora chama a atenção para o desenvolvimento de um auto-conceito positivo na condução do sucesso para as altas habilidades/superdotação.

Dessa forma, a escola inclusiva enseja mudanças no panorama educacional, supõe considerar o direito de todos de acesso ao saber e à formação, à ética e à justiça. Nesse sentido, Gadotti (2000, p.117) alerta que a escola não deve apenas transmitir conhecimentos, mas também preocupar-se com a formação global dos alunos, numa

visão onde o conhecer e o intervir no real se encontrem. Mas para isso, é preciso saber trabalhar com as diferenças, ou seja, é preciso reconhecê-las e aceitar que para me reconhecer, preciso conhecer o outro. Para o aluno com altas habilidades/superdotação esse reconhecimento de seu potencial, as oportunidades de interações e trocas com seus pares são fundamentais para sua inclusão, pois Coll (2003) acredita que quando alguém pretende aprender e aprende, a experiência vivida oferece uma imagem positiva de si mesmo, a auto-estima é reforçada, o que constitui uma bagagem para continuar enfrentando desafios.

Assim, as escolas chamadas inclusivas devem ter o compromisso de oferecer apoio para todos os alunos obterem êxito, buscar as reais formas de melhoria do ensino criando uma rede de suporte para a superação das suas dificuldades. O suporte aos professores é essencial para o bom andamento do processo de ensino-aprendizagem.

Com relação ao desempenho dos alunos, o maior desafio à escola é equilibrar as expectativas dos mesmos, pois a escola inclusiva tem por objetivo fazer com que a criança atinja o seu potencial máximo, e que este possa ser um cidadão digno à participação na sociedade, e também usufruir e exercer os direitos humanos.

Como já foi dito, a escola inclusiva exige uma revisão das concepções do ensino e aprendizagem, mas também da avaliação, esta considerada como um mecanismo da exclusão. A avaliação usada como um instrumento de poder, de controle, tanto por parte do sistema social, como pela escola, professores e até mesmo pelos pais, poderá trazer graves conseqüências para a trajetória escolar do aluno, ou seja, a preocupação em atingir a média estabelecida na escola. Para Vasconcellos (1995, p.43) “[...] a avaliação é um processo abrangente da existência humana, que implica, uma relação crítica sobre a prática, no sentido de captar seus avanços, suas resistências, suas dificuldades”.

Dessa forma, a avaliação destina-se a apoiar o desenvolvimento de todo o trabalho escolar em todas as suas dimensões, sendo contínua, formativa e não somativa, essa contribui para a formação de um auto-conceito negativo. Avaliar implica repensar o trabalho de todos os atores na escola, possibilitando a tomada de decisões sobre o que fazer para superar os obstáculos que se apresentam.

Portanto, a escola inclusiva para o aluno com altas habilidades/superdotação requer mudanças que não podem ser impostas à escola e à sociedade. Há a necessidade que se empreendam ações planejadas de esclarecimento à população e aos profissionais das escolas de modo que aceitem e queiram conviver com as diferenças, auxiliando e criando novas formas de aprendizagem mais direcionadas às necessidades do aluno.

Muitas vezes a própria escola trabalha com valores e atitudes discriminatórias, isto se vê a partir da visão que se tem do ensino, priorizando a aquisição do conhecimento, numa aprendizagem conservadora. Nesse contexto, as formas de expressão da inteligência e a criatividade não são reconhecidas e estimuladas, ocorrendo assim a desmotivação do aluno com altas habilidades/superdotação. Ao contrário, a escola inclusiva é aquela que se propõe coletivamente à construção de espaços e contextos diversificados, com o propósito de valorizar e desenvolver o ser humano.

Logo, é necessário por parte de todos a vontade de compreender a diversidade humana e a busca pela capacitação profissional. Pois a escola, para tornar-se inclusiva, precisa estar motivada e empenhada no cuidado da formação contínua de todos os envolvidos. E, principalmente, entender que o aluno com altas habilidades/superdotação se diferencia dos demais em habilidades, interesses, atitudes e necessidades individuais.

A inclusão passa pela atitude e o compromisso de cada educador, que mesmo enfrentando obstáculos, dificuldades em seu cotidiano, tem por obrigação se corrigir quando houver falhas, repensar e acreditar na potencialidade e singularidade de cada indivíduo.

Sem pretendermos trazer definições prontas referentes à inclusão do aluno com altas habilidades/superdotação, mas apenas contribuir com algumas reflexões em torno do assunto, acreditamos que há vários desafios à escola para se tornar inclusiva, pois a nossa sociedade ainda se move norteadas por idéias preconcebidas de exclusão. Assim, achamos válido tecer alguns comentários sobre a organização do trabalho da instituição, pois a colocação destas idéias em prática supõe uma escola com um projeto político-pedagógico com objetivos definidos e claros.



## O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

Na busca freqüente de tentar resolver o problema do currículo escolar e trabalhar a realidade de cada sistema escolar é que surgem, no decorrer do século XX, várias terminologias como, método de projeto, globalização e outros. No início deste século, ocorreram grandes mudanças na democratização da sociedade, reformulações na empresa e na escola.

Nas indústrias, consolidou-se a divisão do trabalho, onde os trabalhadores tinham seu lugar determinado para não desperdiçar o tempo, com isso a produção aumentava. Poucos detinham o poder, os operários submetiam-se ao comando das máquinas, o interesse das pessoas não era valorizado, só a rentabilidade econômica.

Nas escolas como nas fábricas, o poder era centralizado nas mãos de poucos, professores e alunos não participavam das diretrizes, só as executavam, os conteúdos trabalhados eram desatualizados, disciplinas isoladas, o que mais importava era o resultado final. A partir dos anos de 80, acentuou-se a participação e os trabalhos em equipes. Nesse contexto, para atender o mercado capitalista cada vez mais exigente, o governo obrigou-se a formar pessoas mais capacitadas. Daí a reformulação do sistema de ensino, dando maior flexibilidade e autonomia às escolas para organizar seus programas e comprometendo a comunidade escolar no processo educativo. Intensificou-se a reivindicação pela autonomia e o desejo de afirmação das peculiaridades regionais. Assim, busca-se uma forma de organização do trabalho na escola, onde os envolvidos construam suas identidades de forma participativa.

Sabendo que não existe um fazer pedagógico neutro e que se adapte a qualquer situação escolar, as escolas precisam se firmar enquanto detentoras de responsabilidades pedagógicas específicas, que nada mais é do que estabelecer as relações entre porque fazer, para que fazer, para quem fazer e como fazer.

Determinar essas relações é um desafio que só pode ser enfrentado no dia-a-dia institucional, se houver clareza sobre quem é o aluno, a quem ensinamos, sobre o que almejamos para ele e também, o que ele almeja para si próprio. É uma tarefa ampla e

complexa, que requer dos sistemas de ensino um novo direcionamento e uma nova organização.

O planejamento participativo, denominado no meio educacional de projeto político-pedagógico, é o documento que registra a intencionalidade educativa. Ele é a concretização da identidade da escola e do oferecimento da garantia para um ensino de qualidade, pois não pode ser considerada somente como uma carta de intenções ou exigências administrativas. O projeto político-pedagógico é uma proposta de trabalho organizada coletivamente que leva em consideração a liberdade e autonomia dos membros da comunidade escolar, de acordo com a realidade em que a instituição está inserida. É uma forma de planejamento no contexto de um processo participativo, onde o marco referencial é o passo inicial, sendo a luz que deverá iluminar o fazer das demais etapas.

Esse trabalho é desenvolvido através de relações democráticas no interior da escola. Quanto mais ampla for a participação de diferentes agentes no processo de construção do projeto, mais ampla pode se tornar a autonomia. É uma tarefa de todos, não compete somente à equipe diretiva assumir esse compromisso.

A Lei de Diretrizes e Bases (BRASIL, 1996 p.79) em seu artigo 14, recomenda que os sistemas de ensino definam “[...] as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com suas peculiaridades, e a participação de todos os segmentos escolares nessa construção”.

Nesta perspectiva, cabe, então, a cada instituição definir as linhas gerais de seu trabalho coletivo, tendo total liberdade e autonomia na escolha dos rumos a ser tomado nesse planejamento. O que a torna diferente dos planejamentos tradicionais é que este projeto vem sendo elaborado coletivamente pelos atores da escola, não se constituindo em um agrupamento de projetos individuais ou em um plano construído dentro de normas técnicas, para ser apresentado às autoridades superiores.

Quando adequadamente construído, o projeto político-pedagógico é o ponto norteador de todas as ações educativas da instituição. Na organização do projeto político-pedagógico, as idéias vão aos poucos sedimentando-se. Por isso, todo o projeto

que visa as futuras melhorias, implica tempo, discussão e análise, diferenciando-se, portanto, de instituição para instituição. Veiga (1998, p.9) afirma que

[...] o projeto pedagógico exige profunda reflexão sobre as finalidades da escola, assim como a explicitação de seu papel social e a clara definição de caminhos, formas operacionais e ações a serem empreendidos por todos os envolvidos com o processo educativo.

O projeto pedagógico, ou seja, a identidade da escola é uma decorrência da gestão democrática, processo este, inserido nas políticas de descentralização administrativa. Dessa forma, um dos caminhos para a implementação de uma gestão democrática é a atuação dos conselhos escolares, que aproxima a família das questões pedagógicas, permitindo a todos os segmentos participantes utilizarem suas palavras, prevalecendo as intervenções nas decisões. Nesse sentido, cada escola apresenta a sua característica própria, onde o grau de participação dos envolvidos dependerá da competência social dos mesmos, enfrentando as mudanças e transformações que vem ocorrendo. Romão (2000, p.72) salienta que

[...] o conselho escolar deve garantir que, democraticamente, os membros da escola e da comunidade apreciem, opinem e proponham ações que contribuirão para a solução dos problemas de natureza pedagógica, administrativa ou financeira da escola.

Esse pensamento evidencia a importância do Conselho Escolar na reorganização da autoridade no interior da escola, que, com autonomia, se propõe alcançar os objetivos educacionais articulados com os interesses populares. Na maioria das vezes, a instituição precisa se transformar para ser transformadora. Essa conquista se dá na rotina da escola e nas interações entre as pessoas, pois, é com a prática que vamos desenvolver atitudes democráticas e autônomas. Dessa postura da escola é que vai depender o grau de participação da comunidade nas decisões.

Assim, uma escola perpassada pelo autoritarismo em suas relações cotidianas, dificilmente permitirá a presença da comunidade participando autonomamente das relações democráticas. Esse afastamento escola-comunidade, às vezes vem da própria concepção de participação que têm as pessoas atuantes na instituição, contribuindo para uma visão depreciativa da comunidade, com relação a sua inserção na mesma.

É nesse sentido que precisam ser transformados o sistema de autoridade e a distribuição do próprio trabalho no interior da escola. Vale ressaltar que a própria forma

de organização da escola, sua estrutura hierárquica com procedimentos burocráticos, contribui para que esta seja vista como detentora do poder decisivo em suas escolhas, contrariando os propósitos educacionais. É uma visão que dificulta a promoção de relações humanas mais cooperativas e solidárias, refletindo-se em entraves na construção de propostas que consideram a história vivencial de toda a comunidade escolar.

Por isso, a necessidade de construção de propostas que venham garantir as especificidades culturais, ideológicas, históricas e políticas, considerando a sua diversidade em seu contexto. A escola desempenhará um papel transformador se estiver junto com os interessados, e quando se organizar para atender aos anseios das camadas às quais essa transformação favorece. Implica uma ação articulada, dos envolvidos, com a realidade da escola, buscando a promoção de espaços para que estes sejam ativos nessa construção. Essa articulação é que vai clarificar as questões que são prioridades na definição do caminho a ser seguido no projeto, pois, segundo Libâneo (2001, p.124), “[...] um projeto é um esboço, um esquema que representa uma idéia, um objetivo, uma meta, uma seqüência de ações que irão orientar a prática”.

É uma atividade permanente de reflexão e ação, pois sendo um roteiro para a prática, não pode determinar rigidamente os resultados. Estes vão surgindo no desenvolvimento do trabalho. Pode-se dizer que o projeto é inclusivo, quando cada instituição tem a sua singularidade e intenções marcadas pela interação entre as pessoas, pela interligação com o que acontece ao seu redor e também com os fatos que ocorrem no mundo. Nesse sentido, a objetividade e clareza em qualquer tarefa a ser realizada são imprescindíveis para o seu êxito.

Na construção do projeto político-pedagógico isso não é diferente. É um processo contínuo de trabalho, uma dinâmica de grupo onde a escola e sua gestão (re) estruturam e (re) significam os princípios dos processos de ensinar e aprender. Sendo assim, a avaliação dos trabalhos e a flexibilidade dos conteúdos são fundamentais no planejamento das atividades, pois “[...] a escola não é apenas transmissora de conhecimento, a sua existência depende da realidade sócio-econômica e política de seus atores”. (VEIGA, 1996, p.78).

O projeto político-pedagógico implica a definição de objetivos a atingir dentro das possibilidades e recursos a serem empregados com um tempo de execução e formas de avaliação. Expressa a cultura da escola porque é o reflexo das crenças, valores, significados, modos de pensar e agir das pessoas que o elaboraram.

Tem a característica de instituinte, isso significa que o projeto institui, estabelece, cria objetivos e procedimentos de organização. Mas também considera o que já está instituído (legislação, currículo, conteúdos e métodos). É nesse momento de tomada de decisões que a equipe escolar demonstra a sua autonomia para as suas buscas almejadas, favorecendo a interação e a delegação de responsabilidade, mas não independente.

Importante nesse processo é saber que o professor é um sujeito que assume sua prática a partir dos significados que ele mesmo lhe dá; é um sujeito ativo de sua própria prática. Seus saberes, sua vivência estão enraizados em sua experiência como professor. Nesse sentido, Tardif (2002, p.230) refere-se que “[...] para compreender a natureza do ensino, é necessário levar em conta a subjetividade dos professores”. Estes são considerados como sujeitos competentes que detêm saberes específicos no seu trabalho. Isto quer dizer que, em seu trabalho cotidiano não é somente um lugar de aplicação de saberes produzidos por outros, mas também um espaço de produção, de transformação e mobilização de saberes que são próprios. Nessa perspectiva, para compreendermos a forma de planejamento participativo, a construção do projeto político-pedagógico, é importante entender como se dá essa interação em cada ambiente escolar.

Há a necessidade de se conceder e reconhecer os professores como sujeitos do conhecimento dentro do sistema escolar, e não como executores das reformas educacionais baseadas na burocracia. É nisso que reside a diferença do projeto político-pedagógico, como forma de planejamento participativo; e o modelo de planejamento tradicional, no qual a organização e o desenvolvimento da prática do profissional é reduzida. No primeiro - projeto político-pedagógico -, a base da concepção do planejamento é dialética, no qual se constitui uma práxis que emerge da realidade e de seu projeto coletivo. No segundo, com uma visão funcionalista, o plano tradicional resulta como a expressão máxima de um projeto universal, um modelo válido para toda a sociedade. É essa visão ou esse paradigma que precisa ser superado, em que tudo o

que a comunidade escolar necessita fazer já vem estabelecido de cima. Por isso, busca-se uma proposta de gestão democrática, uma administração escolar articulada com a transformação social e que se fundamente em objetivos educacionais representados pelos interesses da população a ser atendida.

Para tanto é imprescindível que as instituições entendam que o projeto político-pedagógico é um instrumento de luta; é uma oportunidade para os profissionais analisar as próprias práticas; é um instrumento de transformação da realidade, para buscar seu próprio crescimento pessoal e profissional, através da participação, proporcionando aos alunos e a si próprio o direito à condição humana de ser realmente sujeito de suas ações, e não objeto.

A partir das considerações sobre o projeto político-pedagógico, seus atores e sua construção, pretendemos abordar o mesmo, voltado para atender o aluno com altas habilidades/superdotação.

## **O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO E O ALUNO COM ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO**

É fundamental que o projeto político-pedagógico, considerado como o documento norteador do trabalho de uma instituição, permita uma aproximação da identidade do aluno com altas habilidades/superdotação. Portanto, o propósito de se construir e concretizar projetos político-pedagógicos voltados às necessidades desses alunos é um dos desafios aos educadores.

Nesse cenário, uma das necessidades destes alunos é que a instituição organize seu planejamento de forma flexível, contemplando toda a gama de diferenças individuais, favorecendo o modelo de currículos que desenvolve os potenciais e talentos destes educandos. É instigante rever as mudanças que se fazem necessárias no ensino formal, a fim de se contribuir com o desenvolvimento de talentos criativos em toda a trajetória escolar deste educando.

O conhecimento sobre quem é esse aluno, quais suas necessidades, quais as formas de atendê-lo adequadamente é primordial. Reconhecê-lo como necessitado de atendimento diferenciado, e entender que as habilidades se desenvolvem plenamente mediante a provisão das condições favoráveis ao seu desenvolvimento e expressão também são importantes. Especialmente relevante é a promoção de uma variedade de experiências de aprendizagem enriquecedoras que estimulem e motivem o pensamento espontâneo e original deste aluno. Fundamental nesse processo, é que os procedimentos para a identificação e o atendimento sejam feitos o mais cedo possível, desde a educação infantil até os níveis mais elevados de ensino. Considerada uma fase importantíssima para o ser humano, a educação infantil é um período onde se deve oportunizar ao aluno ressaltar o que ele tem de melhor, reconhecer seus potenciais, despertar interesses a partir de propostas significativas, identificar e cultivar seus talentos, a fim de que possam ter um crescimento equilibrado. Este deve ser o principal objetivo em uma identificação do aluno com altas habilidades/superdotação. Assim que for identificado, deve-se abrir espaço a esse aluno para que possa ir sendo cultivado seu talento, inseri-lo em ambientes ricos em estímulo ao êxito de seu potencial.

Dessa forma, a escola precisa estar preparada para atender a diversidade nas formas de pensar ou agir de seus alunos, os quais passam parte significativa de sua vida em função da aprendizagem escolar. Buscar compreender as interconexões entre os diferentes contextos em que o aluno está inserido, possibilita à escola traçar metas que favoreçam alcançar os propósitos mais rapidamente.

Nesse sentido, o projeto político-pedagógico construído com o envolvimento de todos os segmentos da escola, é uma via para dialogar e dar as respostas às intencionalidades educativas, pois, segundo Hernández, (1998, p.49), “[...] o projeto de escola deve ser construído a partir das situações e problemas reais, trabalhar a partir da pluralidade e diversidade, preparar para aprender toda a vida”.

É inquestionável a necessidade de a escola trabalhar os conteúdos de forma significativa, criar situações para aflorar o pensamento criativo e incentivar a independência dos alunos. Este vai para a escola com a expectativa comum a todos os alunos: encontrar desde o início de sua trajetória as condições adequadas ao seu desenvolvimento pleno, o espaço para o reconhecimento de seu potencial e a possibilidade de expressão de seus talentos, ou seja, tornar-se uma pessoa criativa. E isso não é um compromisso só dos educadores, mas de todos os segmentos da escola, em assegurar esse direito aos educandos. Pois

[...] o projeto político-pedagógico tem uma importante contribuição no sentido de ajudar a conquistar e consolidar a autonomia da escola, criar um clima, em ethos onde professores e equipe se sintam responsáveis por aquilo que lá acontece, inclusive em relação ao desenvolvimento dos alunos. (VASCONCELLOS, 2002, p.21).

Torna-se imprescindível, primeiramente, conscientizar os envolvidos no processo de sua importância enquanto seres pensantes, críticos, motivadores e executores indispensáveis para o desenvolvimento integral do aluno e do desenvolvimento qualificado do trabalho pedagógico escolar.

O diálogo torna-se, assim, um princípio indispensável para essa conscientização. Para isso, a gestão democrática deve implicar necessariamente a participação da comunidade. Se a escola não incluí-la, corre o risco de constituir apenas



mais um arranjo entre os funcionários, onde os interesses da população usuária dificilmente serão atendidos.

Sabe-se ainda que o ensino regular é direcionado para o aluno médio e abaixo da média, e o superdotado é deixado de lado, com o argumento que este já é um privilegiado, ocorrendo assim o desperdício de seu potencial, sendo que este é considerado o maior recurso natural a ser cultivado e aproveitado em favor da humanidade.

Dependendo da forma de trabalho do educador, este pode negligenciar o aluno com altas habilidades/superdotação oferecendo uma educação padronizada, com conteúdos disciplinares rígidos, centrado em livros e com cobrança nas avaliações. Nestas avaliações, na maioria das vezes, espera-se que as respostas dos alunos devam ser iguais as que estão no livro didático. É uma forma de trabalho voltada para a reprodução e memorização de conteúdos, proporcionando nos alunos com altas habilidades/superdotação o adormecimento de seus potenciais e a não produção criativa.

Nesse sentido, a escola deixa de cumprir a sua função social, pois a educação é um aprendizado para a vida, e nesta, as mudanças são constantes. Neste trajeto, a educação escolar deve estar de acordo com as transformações que ocorrem no mundo. Por isso a aprendizagem não pode ser o acúmulo de informações contidas apenas numa disciplina limitada. O indivíduo tem que ser capaz de avaliar a relação entre o conhecimento, envolvendo o meio ambiente externo e interno.

Dessa maneira, ao construir o seu projeto político-pedagógico, a escola precisa inserir atividades e espaços para que o aluno com altas habilidades/superdotação seja desafiado com atividades diversificadas de acordo com suas escolhas, criar uma atmosfera onde ele possa desenvolver seus talentos e encorajamento de potenciais.

As atividades podem ser organizadas sob variadas formas de grupo de interesse, projetos individuais, estudos independentes e orientados, encontros, seminários e eventos aproveitando-se todas as oportunidades que a comunidade ofereça. Para atender os interesses únicos do aluno com altas habilidades/superdotação, pode-se trabalhar por meio de projetos. Para grupos de interesse, abordam-se temas nos quais os

alunos despertam curiosidade. Os encontros gerais são eventos maiores constituindo-se em momentos de estimulação, atendendo interesses mais amplos.

São atividades que respondem à necessidade de ampliação e aprofundamento do ensino, essa é característica dos estilos de aprendizagem desses alunos. Envolve mudanças por parte do professor que tradicionalmente trabalha na resolução de problemas. A mudança implica em atividades mais estimulantes que é encontrar e colocar problemas em situações divergentes. Guenther (2006, p.50) afirma que o ensino deve “[...] enfatizar relações complexas e pensamento criativo, colocação e estudo de situações problemáticas de maior abrangência, e nunca o simples adquirir conhecimento e acumular informações parceladas”. É um trabalho que aprimora, aponta para outros ângulos dos temas, amplia, aprofunda e modifica o conteúdo curricular. Nesse cenário a avaliação conjunta é muito importante em relação aos objetivos do projeto pedagógico da escola e as sugestões para aperfeiçoar e modificar o que é apropriado.

É, pois, indubitável que o ambiente tem um papel fundamental, tanto para a manifestação como para a repressão da criatividade, pois existem fatores que afetam a expressão da criatividade, que dizem respeito ao indivíduo, a dimensão histórica e cultural da sociedade, motivação, personalidade, etc.

Cabe a escola através das reflexões e suas práticas, observar se está oferecendo o estímulo e a abertura para a aprendizagem, tendo discernimento quanto a singularidade do aluno. Essa valorização é fundamental para o progresso deste, a responsabilidade é de cada instituição, estimular ou desperdiçar os talentos que por ali passam.

As práticas pedagógicas cotidianas, muitas vezes desconsideram que as pessoas são diferentes, e que possuem diferentes combinações de inteligência. Isso se verifica no trabalho fragmentado, descontextualizado mantendo o aluno cada vez mais distante do processo de construção de uma sociedade democrática e cidadã. Esta é uma prática que não está voltada para a diversidade no aprender, pois ignora os talentos dos alunos, favorecendo a exclusão.

Desse modo, para entendermos e aceitarmos as singularidades das pessoas, precisamos conhecê-los, e é nesse aspecto que o aluno com altas habilidades/superdotação encontra dificuldades para ser reconhecido, pois, apesar de estar inserido no ensino comum, pode apresentar características que dificultam a definição de seu perfil para aquele professor mal informado. E o projeto político-pedagógico sendo um documento que norteia o trabalho na escola, deve ter o propósito de refletir a realidade da instituição, seus pressupostos teóricos e metodológicos postulados pelos atores desse processo, atender as aspirações das famílias. Para isso se faz necessário propiciar situações que permitam aos envolvidos analisar se suas práticas estão sendo desenvolvidas de forma coerente.

Muitos alunos com altas habilidades/superdotação atingem os objetivos solicitados, rápida e facilmente, perdendo o interesse de estudar e realizar seu potencial, a habilidade é inexplorada e este se mantém na média comum, com a sua criatividade bloqueada e inibida. Isso pode ser evitado se os professores participarem ativamente na construção do projeto político-pedagógico, junto a outros segmentos, pois são os professores quem conhecem e sabem o que seus alunos precisam. Por isso, o que os educandos aprendem não pode ser organizado por um grupo de especialistas que desconhecem as realidades. O projeto pedagógico não é somente uma carta de intenções, nem apenas uma exigência administrativa, deve expressar a reflexão e o trabalho realizado em conjunto como todos os segmentos, atendendo às diretrizes do sistema nacional de educação, e as necessidades da clientela.

Um trabalho que valorize os talentos de todos vai além das matérias escolares, permite explorá-las para aprender a descobrir relações, interrogar-se sobre os significados das interpretações dos fatos e continuar aprendendo.

É nesse sentido que se deveria rever a concepção de escola e ser humano. Se analisarmos as condições sociais, percebemos que vivemos numa sociedade que nos ensina a não explorar nossas idéias e a bloquear as expressões que poderia nos ridicularizar ou criticar. Os contextos família-escola muitas vezes negam ao indivíduo as possibilidades de ações e escolhas, desvalorizando o potencial criador. Isso pode ser visto em padrões de comportamento que levam a passividade, ao conformismo e a insegurança para experimentar e correr riscos.

Uma educação que estimula o medo do erro, do fracasso, enfim, as avaliações temidas pelos alunos e pais, cultiva atitudes negativas com relação ao arriscar e criar; e poda as capacidades de propor novas idéias e vislumbrar novas possibilidades diante de tantos problemas e desafios que o indivíduo se depara. Alencar (2001, p.21) ilustra de forma significativa esse pensamento quando afirma que “[...] desde os nossos primeiros anos aprendemos a acreditar que talento, inspiração e criatividade resultam de fatos que temos pouco controle, e estão presentes em poucos indivíduos privilegiados”.

São essas falsas idéias que limitam o indivíduo a desenvolver e usufruir seus próprios recursos naturais. As pessoas vivem em vários mundos, contextos variados que podem ou não favorecer a sua evolução, e a escola é um desses. Cabe a ela propiciar as oportunidades e usar estratégias de estímulo ao potencial do aluno. Um planejamento organizado de forma participativa é uma via para dar as respostas a essa situação em mudanças, que transforma a maneira de pensar-nos, a nós mesmos e a de nos relacionarmos com o mundo que nos rodeia. E na construção do projeto político-pedagógico para o aluno com altas habilidades/superdotação, os profissionais da educação devem organizar o trabalho pedagógico, com base na concepção de planejamento participativo e emancipador, instituindo órgãos colegiados sob a ótica da participação, da solidariedade e da autonomia. Certamente, o amadurecimento das idéias e as estratégias de construção do projeto precisam acontecer dentro do grupo, expressando no dia-a-dia a coerência entre o dito e o feito, assegurando ao aluno com alta habilidade / superdotação o direito de receber uma formação que oportunize a expressão de seu potencial máximo.

Nesse contexto, a desconsideração desse direito se reflete negativamente para o aluno, porque muito do seu fracasso é devido à falha da escola em prover ambientes diversificados, apropriados aos diferentes estilos de aprendizagem. O aluno com altas habilidades/superdotação ao não encontrar um clima psicológico favorável à expressão de seu potencial, pode desanimar-se com a escola, sentindo-se apático e ressentido diante de aulas monótonas e repetitivas. É nesse sentido que se vê a importância de se modificar os programas, motivar esse aluno ao obter conhecimento e desenvolver suas habilidades. Sabemos que a construção do projeto político-pedagógico é um processo dinâmico onde continuamente se incorporam novos atores ao grupo, com novas

experiências, capacidades, necessidades, talentos e interesses, exigindo que o trabalho da escola seja satisfatório as suas condições e singularidades.

Nesse processo, a escola ainda é percebida como a instituição que pode possibilitar a maior parte dos cidadãos, melhores condições de vida. É ela que permite que seus alunos dotem suas vidas de sentido. Para isso deve se efetivar relações educativas baseadas na colaboração na sala de aula, na escola e comunidade. Os indivíduos que vão contribuir para esse processo devem estar em permanente diálogo com o contexto e as circunstâncias. Hernández (1998, p.22) afirma que: “[...] um projeto é um procedimento de trabalho que diz respeito ao processo de dar forma a uma idéia que está no horizonte”.

A participação da família é da maior relevância na concretização do projeto político-pedagógico para o aluno com altas habilidades / superdotação. Os pais ou responsáveis tem muito a contribuir com esclarecimentos e informações sobre seus filhos, indicando formas de ajuda e apoio na escola ou fora dela. A família é considerada como um dos primeiros contextos de socialização do ser humano, além de ser um espaço de transmissão de cultura às gerações. Para o aluno, a família, tanto quanto a escola, são essenciais no desenvolvimento de seu talento. É um dos primeiros contextos onde a partir das interações, descobre e explora o mundo que a cerca.

Em nossa sociedade, temos que compreender a pluralidade de tipos familiares. Isto se deve as novas configurações que se apresentam, devido as transformações sociais, políticas e econômicas, vem se modificando. E a escola, como instituição responsável pela formação de seus alunos, precisa estar preparada para lidar com essa diversidade sem preconceito ou exclusão. A família, para o desenvolvimento de altas habilidades, tem um papel fundamental, pois compete a ela propiciar ou não as vivências em ambientes ricos na aprendizagem. Ela é mediadora nesse processo de formação de apoio ou impedimento desse desenvolvimento. E na construção do projeto político-pedagógico para o aluno com altas habilidades/superdotação, a comunicação entre família e escola é fundamental ao traçarem seus objetivos no que se refere ao êxito do potencial desses alunos.

As ações isoladas, fragmentadas não contribuirão para o desenvolvimento deste aluno, mas a articulação na relação entre todos, situando as informações nos contextos, adquire sentido. É um processo de ação-reflexão-ação que se instaura na escola envolvendo todos os seus integrantes com o propósito de decidir as ações educativas que tornam o trabalho o mais significativo possível para toda a comunidade escolar. Libâneo (2001, p.134) considera que “[...] todos podemos aprender a fazer do exercício do trabalho em objeto de reflexão e pesquisa. Os indivíduos e os grupos mudam mudando o próprio contexto em que trabalham”.

E é dessa forma, na coletividade que se pode auxiliar a criar novas formas de se estruturar o processo de ensino-aprendizagem mais direcionado às necessidades do aluno. Sabe-se que o sistema de ensino público enfrenta muitas dificuldades, principalmente a carência de recursos, isso se constitui em barreiras para a escola realizar seu trabalho. Uma das barreiras que impede a identificação e o atendimento do aluno com alta habilidade / superdotação é a presença dos mitos que pairam sobre esses.

Os mitos dificultam ao professor a realização de um trabalho direcionado às necessidades educacionais especiais desse aluno. Há uma interferência negativa na trajetória escolar deste, isso se deve a distorção de suas identidades, impedindo o reconhecimento e entendimento de suas características individuais.

Para que esse aluno seja identificado e atendido pela escola, família e comunidade, há a necessidade da implementação de políticas públicas, a fim desses terem seus direitos respeitados e o fortalecimento de suas identidades. A presença dos mitos no cotidiano escolar dos alunos com altas habilidades/superdotação dificulta a construção do projeto político-pedagógico direcionado às suas necessidades. Para se evitar prejuízos no desenvolvimento cognitivo, social, emocional e educacional desse indivíduo, urge que se desmistifiquem as concepções errôneas a respeito das altas habilidades/superdotação. A busca pelo esclarecimento sobre quem é o aluno com alta habilidade e quais as formas de atendê-lo, o empenho da família e escola pela conquista do espaço desses deve ser constante, assim como oferece-los atividades de interesse e que qualifique o currículo.

Portanto, a concretização do projeto político-pedagógico, voltado ao atendimento do aluno com altas habilidades/superdotação, requer a capacitação e a formação continuada dos professores habilitados a atuar nessa área, oportunizando a estes a participação em cursos, formação em serviço para que possam assegurar a inclusão social destes alunos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas Diretrizes Gerais da Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001), a Educação Especial é definida como um processo educacional que deve ser estruturado na proposta político-pedagógica, enfatizando o conjunto de recursos e serviços educacionais específicos que deverão suplementar a aprendizagem desse aluno. Em alguns casos, os objetivos desse atendimento educacional pode ser o de apoiar e/ou complementar, pois é possível que o aluno com altas habilidades/superdotação apresente dificuldades de aprendizagem em algumas áreas. Nesta perspectiva, fica evidente a importância do Projeto Político-Pedagógico no planejamento e na estruturação do atendimento educacional aos alunos com altas habilidades/superdotação, assim como de todos os demais alunos com necessidades educacionais especiais.

Nesse sentido, as reflexões desenvolvidas neste trabalho facilitaram a identificação de algumas características que podem servir como subsídios para um planejamento adequado ao atendimento do aluno com altas habilidades/superdotação.

A primeira característica a ser evidenciada é a necessidade de um planejamento escolar organizado de forma participativa, dado o seu caráter de abertura e ênfase na participação e flexibilidade. Um projeto político-pedagógico, construído com o propósito de atender o aluno com altas habilidades/superdotação, confirma a urgência na superação de planejamentos nos quais se presenciam relações verticais, fragmentação e hierarquização do conhecimento, refletindo-se em práticas insignificantes, monótonas e repetitivas para a vida do aluno.

Ao abordarmos o papel da escola inclusiva, salientamos a segunda característica evidenciada na necessidade das instituições, através de uma gestão democrática, atenderem a comunidade escolar de acordo com suas reais necessidades e características. Este estudo apontou-nos que é pelo caminho participativo a pela consolidação de um planejamento capaz de aglutinar os esforços na busca de melhores resultados para todos que asseguraremos de fato uma escola inclusiva.



A terceira característica evidencia a importância da participação do corpo docente e discente nesse processo, pois um planejamento significativo deve emanar dos professores e da comunidade, uma vez que o trabalho coletivo fortalece a instituição. Para isso, família e escola devem estar capacitadas e com condições de se engajarem em seus projetos de maneira interessada e cooperativa. Nesse contexto, é imprescindível que todos os segmentos escolares busquem o conhecimento e entendimento sobre quem é o aluno com altas habilidades/superdotação, libertando-se de mitos e apoiando a construção de espaços favoráveis ao despertar de sua criatividade.

Nesse espaço, a atuação do conselho escolar aponta para a quarta característica importante na construção de um projeto político-pedagógico que contemple as necessidades educativas do aluno com altas habilidades/superdotado. Constituindo-se como um mecanismo facilitador para participação de docentes, alunos, funcionários e pais, permite um exame de suas realidades, explicitando seus interesses, suas necessidades, e suas reivindicações. O conselho escolar é concebido como local de debate e tomada de decisões, rompendo com as relações unilaterais, burocráticas e formais. É um órgão de gestão que garante a continuidade e legitimidade do projeto político-pedagógico, demonstrando um avanço na democratização da escola.

São inegáveis os avanços na educação desses alunos e na escola como um todo, na medida em que as pessoas percebem e assimilam o novo modelo, proporcionando ao aluno com altas habilidades/superdotação um ambiente rico em estímulo, considerado indispensável para o crescimento de suas habilidades. Portanto, ao participarmos da construção do projeto político-pedagógico para o aluno com altas habilidades/superdotação, assumimos a responsabilidade com a identidade da escola e do aluno.

Sendo a educação considerada como aquela que dota de sentido a vida do indivíduo, consideramos que o educador deve ter em mente que o seu compromisso em todo o processo educacional não é só o de estimular o conhecimento do educando, mas também contribuir na construção de sua subjetividade, sentimentos e afetividades, tão necessários ao êxito e equilíbrio de todos os alunos, e em especial daquele que apresenta altas habilidades/superdotação.

## REFERÊNCIAS

- ALENCAR, E. S. de. **Criatividade e Educação de Superdotados**, Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- BRASIL. Ministério da Justiça, Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. **Declaração de Salamanca: Linhas de ação sobre necessidades especiais**. Brasília : CORDE, 1994.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação e do Desporto. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2001.
- COLL, C. (org.). **O Construtivismo na Sala de Aula**. São Paulo: Ática, 2003.
- FREITAS, S. N. (org.). **Educação e Altas Habilidades/Superdotação: A ousadia de Rever Conceitos e Práticas**. Santa Maria: UFSM, 2006.
- \_\_\_\_\_. **Tendências Contemporâneas de Inclusão**. Santa Maria: UFSM, 2008.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**, 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GARDNER, H. **Inteligência: Um Conceito Reformulado**. Rio de Janeiro: objetiva, 2000.
- GUENTHER, Z. C. **Desenvolver Capacidades e Talentos: Um conceito de Inclusão**. Petrópolis: Vozes, 2006.
- GADOTTI, M. **Perspectivas Atuais da Educação**. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- HERNÁNDEZ, F. **Transgressão e Mudança na Educação: Os Projetos de Trabalho**. Porto Alegre: Artmed, 1998.
- LIBÂNEO, J. C. **Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática**. Goiânia: Alternativa, 2001.
- LANDAU, E. **Criatividade e Superdotação**. Rio de Janeiro: Eça, 1986.
- ROMÃO, J. E. (org.). **Autonomia da Escola: Princípios e Propostas**. São Paulo: Cortez, 2000.
- TARDIF, M. **Saberes Docentes e Formação Profissional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- VEIGA, I. P.A. **Projeto Político-Pedagógico: Uma Construção Possível**. São Paulo: Papirus, 1996.

VEIGA, I. P.A.; RESENDE, L. (org.). **Escola**: Espaço do Projeto Político-Pedagógico. Campinas, SP: Papyrus, 1998.

VASCONCELLOS, C. S. **Coordenação do Trabalho Pedagógico** – Do Projeto Político-Pedagógico ao cotidiano da sala de aula. São Paulo: Libertad, 2002.

\_\_\_\_\_. **Concepção Dialética** – Libertadora do Processo de Avaliação Escolar. São Paulo: Libertad, 1995.

WINNER, H. **Crianças Superdotadas**: mitos e realidades. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.